

# Governo Bolsonaro deve anular multas ambientais bilionárias aplicadas entre 2008 e 2019

[potiguarnoticias.com.br/noticias/53253/governo-bolsonaro-deve-anular-multas-ambientais-bilionarias-aplicadas-entre-2008-e-2019](https://potiguarnoticias.com.br/noticias/53253/governo-bolsonaro-deve-anular-multas-ambientais-bilionarias-aplicadas-entre-2008-e-2019)

20/09/2022



*Foto: Reprodução*

Um despacho do presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Eduardo Bim, publicado em 21 de março deve anular as multas ambientais aplicadas entre 2008 e 2019 que utilizaram edital para avisar os infratores sobre a necessidade de apresentarem sua defesa no final do processo.

As multas ambientais podem chegar a R\$ 16,2 bilhões. A estimativa é do próprio instituto, que calculou o valor em resposta a uma LAI (Lei de Acesso à Informação) solicitada pelo site UOL.

O Ibama informou por LAI que seus fiscais notificaram por edital 60% das 66 mil multas aplicadas no período, um valor estimado em R\$ 16,2 bilhões.

Os processos, que precisam ser anulados um a um pelos servidores, vão de desmatamento e queimadas a transporte ilegal de madeira.

A reportagem do UOL não corrigiu o valor pela inflação porque o Ibama não indicou individualmente as multas expedidas em diferentes datas entre 2008 e 2019 "pois à época, as notificações por edital não eram registradas devidamente".

O número exato de multas anuladas não é conhecido. Segundo o despacho do Ibama, a autuação ainda poderá ser levada adiante caso o processo não tenha.

### **Multas milionárias**

Além de perder arrecadação, ela afirma que o despacho das multas também pode causar um desfalque aos cofres públicos.

"Se os infratores convocados por edital chegaram a pagar a multa, eles podem entrar na Justiça ou mesmo administrativamente, no Ibama, e pedir o dinheiro de volta alegando que a modalidade de convocação por edital foi anulada", diz.

Uma das multas milionárias que serão anuladas envolve o banco Santander, que em outubro de 2016 foi autuado em R\$ 47,5 milhões por financiar a produção de grãos em área de proteção ambiental na Amazônia. Em valores atualizados, a multa equivale hoje a R\$ 64 milhões. Com dinheiro do banco, milhares de toneladas de milho e soja.

"O Santander esclarece que sempre atua em conformidade com todas as normas ambientais em suas operações", afirmou a instituição em nota. "O banco recorreu contra a autuação mencionada (...) por entender que foram cumpridos todos os requisitos vigentes à época da concessão do empréstimo." "[O Santander] vem elevando voluntariamente os padrões de avaliação de financiamentos para além dos requisitos legais", afirma.

### **Contaminação por vazamento**

Em outro caso, a Rumo Malha Norte viu 23 vagões de um de seus trens de carga descarrilarem no dia 17 de abril de 2013, derramando gasolina e óleo diesel em um manancial. O combustível contaminou o lençol freático em Inocência, Mato Grosso do Sul. A Rumo acabou multada em R\$ 25,5 milhões —R\$ 43,8 milhões corrigidos—, valor que não chegará aos cofres públicos com a anulação da infração.

"A Rumo fez toda a remediação ambiental da área do acidente e tomou todas as medidas mitigadoras à época do ocorrido", afirmou a empresa em nota. "Desde então, o Ibama faz vistorias no local periodicamente, sem que tenha havido novas recomendações." A companhia diz que "estava aguardando a decisão administrativa sobre o mérito de sua defesa quando tomou ciência da anulação da autuação. ”

### **Desmonte**

O despacho de Bim não foi o único a afetar a aplicação de multas.

Em julho, o presidente do Ibama mudou mais uma regra ao determinar que, para responsabilizar um infrator, agora os fiscais do Ibama terão de comprovar não apenas o dano ambiental, mas também o dolo, ou seja, a intenção de provocar queimadas ou desmatamento, por exemplo.

Será necessária uma investigação sobre a infração e uma outra sobre a culpa de quem a praticou, tarefa cada vez mais difícil diante de um déficit estimado em 2.311 servidores do instituto, segundo levantamento do Centro de Sensoriamento Remoto e do Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

O governo também mudou a Lei de Crimes Ambientais ao criar uma fase de conciliação, anterior ao julgamento. Além de oferecer desconto de 60% da multa, o decreto suspende seus efeitos "até a realização da audiência de conciliação".

O problema é que, passados mais de dois anos, apenas 252 casos foram concluídos, "menos de 2% dos autos de infração" emitidos em 2019 e 2020, segundo a pesquisa da UFMG. "A quase totalidade de autos continua suspensa".

### **Multas despencam**

Os últimos despachos de Bim devem dificultar ainda mais a aplicação de multas, que despencou desde que Bolsonaro assumiu. Dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) indicam queda de 40% na expedição de autos de infração pelo Ibama em 2021 na comparação com 2018, último ano do governo Temer.

Para o professor da PUC-SP e consultor jurídico do ISA (Instituto Socioambiental), Maurício Guetta, esse conjunto de medidas "é a extinção da política pública ambiental".

"São as chamadas boiadas, mudanças que não passam pelo Congresso e que buscam paralisar a fiscalização do Ibama", diz o professor ao se referir à declaração de Ricardo Salles, que em reunião ministerial em 2020 defendeu mudar as leis ambientais enquanto o Brasil se preocupava com a pandemia.

Os desmatamentos "estão aí para comprovar", diz ele: entre 2019 e 2021, o Brasil perdeu uma área de 42 mil km<sup>2</sup> de vegetação nativa, quase o estado inteiro do Rio de Janeiro.

### **Sem dinheiro para fiscalizar**

O dinheiro disponível para fiscalização ambiental também minguou sob Bolsonaro. A queda, em 2021, foi de 25% em relação a 2018 e de 22,5% na comparação com 2014, último ano com dados disponíveis no Portal da Transparência.